

Seju assina memorando de cooperação com braço da ONU para migrações

23/06/2025

Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas

O Governo do Paraná, por meio da Secretaria da Justiça e Cidadania (Seju), assinou nesta segunda-feira (23) um memorando de entendimento com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), braço da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento abre portas para a cooperação em ações de recepção e integração econômica de cidadãos que chegam ao Estado em busca de recomeços.

O memorando com a OIM ocorre na Semana do Migrante e do Refugiado, que acontece de 23 a 27 de junho. “Essa parceria reforça o trabalho que o Paraná tem feito para acolher as pessoas. Temos visto cada vez mais homens e mulheres que encontram aqui um lugar para chamar de lar e queremos ajudá-los a enfrentar os desafios iniciais com segurança e dignidade” disse o secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Valdemar Bernardo Jorge.

O chefe de missão da OIM no Brasil, Paolo Giuseppe Caputo, comentou que o Paraná tem sido capaz de incluir os migrantes em suas atividades e elogiou o trabalho feito no Estado. “O Paraná é exemplo de uma migração que funciona para as pessoas e para o setor privado. Essa é uma parceria estratégica não só para o que podemos fazer juntos, mas para construir uma visão de uma migração ordenada.”

Durante a assinatura, instituições, empresas e migrantes compartilharam experiências positivas de atuação em conjunto. Participaram do evento o diretor regional do Gabinete de População, Refugiados e Migração do Departamento de Estado Norte-Americano, Porter Illi, a chefe do Escritório Regional da OIM no Paraná, Talita Souza, a diretora de migrações da Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento, Soraya Pessino e outras representações de instituições que atuam na área.

Valdemar Jorge se apresentou como filho de migrantes portugueses e acrescentou que, na história do Paraná, houve ondas migratórias também de italianos, japoneses, africanos e movimentações mais recentes, de haitianos, venezuelanos, cubanos e outras, de nações vizinhas ou mais distantes, como

Síria e Ucrânia. “O Estado tem assumido um papel de destaque na condução de políticas migratórias e vamos avançar em estratégias de inclusão”, acrescentou, citando a recente criação da Superintendência-Geral de Governança Migratória (SGGM).

A superintendência estadual tem como missão promover a integração social, cultural e econômica de migrantes, refugiados, apátridas e retornados, oferecendo condições para que recomecem suas vidas e contribuam com o desenvolvimento do Estado. Ela abriga o Centro Estadual de Informações para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM), que está instalado no Centro de Curitiba (Rua Desembargador Westphalen, 15 - 13º andar).

“O Estado está crescendo, precisamos ocupar os diversos postos de trabalho que estão em aberto e a mão de obra migrante é qualificada”, afirma o Superintendente de Governança Migratória, Gilberto Antonio de Souza Filho, que também assinou o memorando. Segundo ele, a oportunidade de emprego é um dos fatores que pesam na escolha pelo Paraná, e a chegada dessas pessoas tem contribuído para a economia estadual.

Atualmente, o maior número de migrantes vem da Venezuela. De acordo com a OIM, o Paraná é o segundo Estado que mais recebe migrantes desse país no Brasil pela Operação Acolhida - entre abril de 2018 e abril de 2025, 28.269 venezuelanos desembarcaram no Paraná. Curitiba se destaca nesse cenário, sendo a capital brasileira que mais acolhe essa população, com 8.699 venezuelanos recebidos no período.

E as ações de acolhimento têm dado resultados. Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) mostram que, em 2024, 62.206 migrantes estavam empregados formalmente no Estado, um crescimento de 37,9% em relação a 2023.

Sobre a OIM - A organização já está presente no Paraná e atua no mesmo endereço do Centro Estadual de Informações para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM). Ela conta com escritórios em mais de 170 países e dedica-se a promover uma migração humana. Trabalha em colaboração com parceiros governamentais, intergovernamentais e não governamentais para melhorar a resiliência das pessoas em movimento, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade. Tem três objetivos principais: salvar vidas e proteger pessoas em movimento, impulsionar soluções para o deslocamento e facilitar vias para a migração regular.